



MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES,
PORTOS E AVIAÇÃO CIVIL



Informativo Parlamentar

Nº 03

Ano 2017

Período: 13 a 17 de fevereiro

SUMÁRIO

CÂMARA DOS DEPUTADOS..... 3

Notícias..... 3

Plenário 3

SENADO FEDERAL 5

Notícias..... 5

COMISSÃO PERMANENTE

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania 6



Notícias

Frente ambientalista promove café da manhã para marcar abertura dos trabalhos

A Frente Parlamentar Ambientalista promove café da manhã nesta quarta-feira (15) para marcar o início dos trabalhos do grupo. A frente é coordenada pelo deputado Ricardo Tripoli (PSDB/SP).

A Frente Parlamentar Ambientalista tem como objetivo apoiar políticas públicas, programas e demais ações governamentais e não governamentais que promovam o desenvolvimento sustentável e está aberta a novas adesões. O café da manhã será realizado a partir das 8h30, no restaurante do Senac, no 10º andar do anexo IV.

[Leia a íntegra](#)

Comissão da Reforma Trabalhista define cronograma de trabalho nesta terça-feira

A Comissão Especial da Reforma Trabalhista reúne-se nesta terça-feira (14), às 14h30, no plenário 13, para definir o roteiro dos trabalhos e votar os requerimentos em pauta.

A reforma encaminhada pelo governo (PL 6787/16) prevê a validade do negociado sobre o legislado em relação a alguns pontos, como parcelamento de férias, participação nos lucros da empresa e cumprimento da jornada limitada a 220 horas.

[Leia a íntegra](#)

Plenário pode votar medidas de proteção às mulheres e regras sobre partidos

Presidente da Câmara anunciou que o projeto sobre os partidos tratará apenas da possibilidade de manutenção permanente de diretórios provisórios nos estados. Líderes partidários se reúnem na terça-feira, às 11 horas, para definir as prioridades de votação da semana

O Plenário da Câmara dos Deputados poderá votar, a partir de terça-feira, projetos com medidas para resguardar direitos e enfrentar a violência contra mulheres e crianças. Em pauta também constam a proposta que reabre prazo para regularização de ativos no exterior; e a que permite aos partidos políticos manterem diretórios provisórios de forma permanente.

[Leia a íntegra](#)

Plenário

SESSÃO ORDINÁRIA EM 14/02/2017 - TERÇA-FEIRA, ÀS 14h

ORDEM DO DIA

URGÊNCIA

(Art. 151, I, "j", do Regimento Interno)

Discussão

11) [Projeto de Decreto Legislativo nº 424-B-2016](#) – Autor: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional - Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 424-A, de 2016, que aprova o texto do Acordo sobre Transportes Aéreos entre o Governo da República

Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América, assinado em Brasília, em 19 de março de 2011; tendo parecer da Comissão de Viação e Transportes, pela aprovação (Relator: Dep. Edinho Bez); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (Relator: Dep. Osmar Serraglio). (NT 62 e NT 64).

ASPAR – MT: A Assessoria Parlamentar acompanha a tramitação da matéria.



Notícias

Relatório da indicação de Moraes ao Supremo será lido na CCJ nesta terça

Em reunião extraordinária marcada para as 10h desta terça-feira (14), a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) dará início à análise da indicação ([MSF 8/2017](#)) do nome de Alexandre de Moraes para o cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal (STF).

O senador Eduardo Braga (PMDB-AM) fará a leitura de seu relatório, entregue quinta-feira (9) à CCJ, no qual afirma que o indicado reúne os requisitos para o cargo, mas, como determina o Regimento Interno, não declara o seu voto.

Após a leitura, o presidente da CCJ, senador Edison Lobão (PMDB-MA), concederá vista coletiva, conforme norma regimental. A sabatina de Alexandre Moraes deve ocorrer na próxima semana. Após sabatar o indicado, os integrantes da Comissão de Constituição e Justiça se manifestam a favor ou contra a indicação, em votação secreta. A mensagem segue então ao Plenário, onde também passará por votação secreta.

Alexandre de Moraes foi indicado pelo presidente da República, Michel Temer, para ocupar a vaga decorrente da morte do ministro Teori Zavascki, em janeiro deste ano. Ele é professor de Direito Constitucional e ministro licenciado da Justiça e da Segurança Pública.

Fonte: Agência Senado.

CCJ deve votar proposta que submete ao Senado indicação de advogado-geral da União

Está na pauta da reunião desta quarta-feira (15) da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), a partir das 10h, proposta que altera a Constituição para determinar que o nome indicado à Advocacia-Geral da União (AGU) seja submetido à aprovação do Senado.

A escolha é hoje uma atribuição exclusiva do presidente da República. Conforme a proposta (PEC 125/2015), o processo teria início com a apresentação, pela própria AGU, de uma lista tríplice a ser submetida à Presidência da República.

[Leia a íntegra](#)

Projeto determina cobrança por minuto em vagas preferenciais em aeroportos

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) pode votar neste ano um projeto de lei que determina a cobrança por minuto de vagas nos aeroportos reservadas a idosos e pessoas com mobilidade reduzida (PLS 408/2015). Originalmente, a proposta do senador Hélio José (PMDB-DF) previa a gratuidade de algumas vagas, mas a ideia foi alterada na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), para evitar que o custo fosse repassado aos demais usuários dos estacionamentos.

Fonte: Rádio Senado.

Aloysio Nunes Ferreira destaca projetos prioritários para o governo

O líder do governo no Senado, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), antecipou a lista dos projetos prioritários para o Palácio do Planalto, que será entregue ao presidente do Senado, Eunício Oliveira, em reunião na próxima terça-feira (14). Entre eles, estão o projeto que acaba com a burocracia para a liberação de testes de medicamentos em humanos (PLS 200/2015), o que prevê o arquivamento digital de documentos públicos (PLS 146/2007) e o que regulamenta

a terceirização (PLC 30/2015), além da proposta de emenda à Constituição que desvincula os aumentos salariais e acaba com o “efeito cascata” no funcionalismo (PEC 62/2015).

Fonte: Rádio Senado.

Comissão Permanente

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

Presidente: Senador Edson Lobão (PMDB/MA)

Local: Plenário 3 – Ala Senador Alexandre Costa

REUNIÃO ORDINÁRIA EM 15/02/2017 - QUARTA-FEIRA, ÀS 10h

06) [Projeto de Lei do Senado nº 401/2013](#) – Autor: Senador Aloysio Nunes (PSDB/SP) - Acrescenta o inciso V ao art. 40 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para estabelecer que a respectiva licença de instalação é anexo obrigatório do edital de licitação de empreendimento para o qual seja exigido licenciamento ambiental. - **TERMINATIVO**

Relator: Senador Antônio Anastasia (PSDB/MG).

Relatório: [Pela aprovação do Projeto, com uma emenda de redação que apresenta](#)

Observações: a matéria já foi apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; votação nominal.

ASPAR – MT: VALEC favorável com sugestões. Encaminhado Ofício ao DNIT, em 21 de junho de 2016, por sugestão da Assessoria Socioambiental, pendente de resposta.

11) [Projeto de Lei do Senado nº 447/2012](#) – Autor: Senador Acir Gurgacz (PDT/RO) - Acrescenta dispositivo ao art. 8º da Lei de nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para vedar a suspensão ou o cancelamento da execução de obra pública nas condições que especifica. - **TERMINATIVO**

Relator: Senador José Pimentel (PT/CE).

Relatório: [Pela aprovação do Projeto.](#)

Observações: votação nominal

ASPAR – MT: Encaminhado à Presidência da República, em 03 de junho de 2016, com parecer do DNIT contrário à matéria.

25) [Projeto de Lei da Câmara nº 109/2011](#) – Autor: Deputado Felipe Bornier (PROS/RJ) - Obriga a criação de unidade do PROCON nos aeroportos brasileiros, e dá outras providências.

- **NÃO TERMINATIVO**

Relator: Senador Sérgio Petecão (PSD/AC).

Relatório: [Pela aprovação do Projeto.](#)

Observações: a matéria será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle em decisão terminativa.

ASPAR – MT: Encaminhado à Presidência da República, em 13 de fevereiro de 2017, com parecer da INFRAERO contrário à matéria.